

Monitorando e avaliando políticas de esporte e  
lazer no Brasil: a experiência dos Programas  
Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável  
(VS)

---

PEDRO HENRIQUE IGLESIAZ MENEGALDO<sup>I</sup>

JOÃO PAULO MELLEIRO MALAGUTTI<sup>II</sup>

JULIANO DE SOUZA<sup>III</sup>

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO<sup>IV</sup>

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v14i44.3728>

Submetido em: 02/11/2021

Aprovado em: 01/09/2022

---

<sup>I</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-6685-1401>; e-mail: pedromenegaldo@hotmail.com.

<sup>II</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-9906-9758>; e-mail: joaopaulomalagutti89@hotmail.com.

<sup>III</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-3491-9536>; e-mail: julianoedf@yahoo.com.br.

<sup>IV</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-1655-998X>; e-mail: fernando.starepravo@hotmail.com.

## Resenha

O livro *Monitorando e avaliando políticas de esporte e lazer no Brasil: a experiência dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)* é uma obra organizada por Márcia Miranda Soares, Hélder Ferreira Isayama e Ana Elenara Pintos. A obra foi publicada em 2018, e se destina tanto para o público acadêmico como para gestores de políticas de esporte e lazer.

Quanto aos seus organizadores é possível notar familiaridade com a temática, em razão do engajamento acadêmico-científico na área e também pela atuação prática na gestão de programas de esporte e lazer. Márcia Miranda Soares é docente do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e apresenta em seu currículo diversas pesquisas relacionadas com o tema de avaliação e monitoramento de políticas públicas (SOARES, 2014; SOARES; CUNHA, 2018; SOARES; GUADANINI, 2018). Hélder Ferreira Isayama é docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, em seu currículo constam produções específicas sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), devido à proximidade com esta política em função da parceria firmada entre o programa e o Departamento da Universidade para a gestão e capacitação dos agentes (PINTOS; ISAYAMA, 2016; CAPI; ISAYAMA, 2019; UNGHERI; ISAYAMA, 2020). Já Ana Elenara Pintos é graduada em Educação Física e atuou no Ministério do Esporte, especificamente na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) diretamente com os programas evidenciados na obra. Em sua trajetória acadêmico/científica, a autora apresenta produções específicas sobre o monitoramento e avaliações de políticas e programas de esporte e lazer (PINTOS; BONALUME, 2016; PINTOS, 2017; PINTOS, 2018; PINTOS; MASCARENHAS; ATHAYDE, 2019).

A obra é relevante para o campo da avaliação de políticas de esporte e lazer, principalmente por se tratar de uma área com escassa produção técnica e acadêmica, se comparada com outros setores que vem avançando nesses estudos, como serviço social, meio ambiente, habitação, segurança pública, e principalmente saúde e educação que se notabilizam nesse cenário (SOUZA; LORETO, 2021).

Em termos gerais, o livro apresenta sete capítulos independentes entre si, elaborados por diferentes autores, além de tópicos específicos referentes à

introdução e às conclusões. Na resenha será realizada a apresentação e análises dos capítulos e exposição das considerações gerais sobre a obra.

Inicialmente a obra conta com o tópico denominado “*Apresentação do Ministério do Esporte*”, escrito pelo então ministro da pasta Leandro Cruz Fróes da Silva. Nesta breve apresentação, o ministro procura destacar a importância do monitoramento e da avaliação na gestão de políticas públicas de esporte no Brasil, além da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais durante a implementação e a execução dos programas federais realizados em parceria com universidades, estados e municípios.

Na introdução os organizadores apresentam os principais fatores para a organização e edição do livro. Os autores justificam a publicação de um livro sobre esporte e lazer na tentativa de ressaltar a importância do lazer e sua pertinência enquanto política pública. Quanto ao tema específico de monitoramento e avaliação, destacam que tais processos contribuem para traduzir e compreender o significado do lazer e do esporte por meio das políticas propostas pelo governo, sobretudo dos programas tratados no livro, tendo em vista que figuram entre as principais ações dessa natureza ofertadas pelo Ministério do Esporte desde a sua criação.

O primeiro capítulo “*Inserção do lazer e do esporte na agenda pública brasileira: limitações, desafios e possibilidades*”, com autoria de Bruno Ocelli Ungheri, Christianne Luce Gomes, Luciano Pereira da Silva e Hélder Ferreira Isayama, destaca a aproximação entre o lazer e o esporte. Em um cenário anterior a criação e atuação do Ministério do Esporte, os autores buscam apresentar o novo cenário do esporte e lazer frente as mudanças ocorridas por meio do processo constitucional de 1988, sobretudo do reconhecimento do direito ao lazer e ao esporte.

O capítulo aborda a função do Estado na oferta de políticas específicas de esporte e lazer, abordando questões vinculadas à desigualdade e à democratização do acesso aos espaços e atividades do setor. Os autores destacam os obstáculos, desafios e potencialidades para concretização dessas políticas na agenda pública brasileira, abordando temas relativos aos conhecimentos específicos sobre gestão, demandas da sociedade e formação de um quadro político que garanta sua efetividade. Em tese, são discutidos os elementos e conceitos basilares para compreender ações de políticas públicas, destacando questões de agenda

governamental, disputas no interior desses espaços e necessidade de análise multifacetada para compreender a dinâmica de demanda e oferta destas políticas, mecanismos essenciais para entender sua realidade e especificidade no âmbito governamental.

O segundo capítulo, intitulado “O monitoramento e a avaliação de políticas sociais”, escrito por Márcia Miranda Soares e Edite da Penha Cunha, apresenta a definição de monitoramento e avaliação de políticas sociais, utilizando-se como referência o processo envolvido no ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). Tal ciclo envolve quatro fases principais: formulação; implementação; monitoramento e avaliação; e aperfeiçoamento.

No capítulo as autoras apresentam algumas metodologias qualitativas, quantitativas e mistas, possíveis de serem utilizadas no processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Entre os métodos e as técnicas utilizadas para coleta de dados, as autoras apresentam entrevistas, grupo focais, análise documental, técnicas de observação e questionários como as principais ferramentas.

De modo geral, o capítulo sugere caminhos e ferramentas para avaliação e monitoramento de políticas públicas desenvolvidas no país, sobretudo nas fases que compõem os programas públicos (ARRETICHE, 1998; 2004; PINTOS; MASCARENHAS; ATHAYDE, 2019). Os procedimentos abordados são importantes para a compreensão aprofundada e fundamentada dos aspectos práticos da avaliação, sendo possível notar tentativas de estabelecer aproximações com o esporte e lazer, porém sem explorar profundamente as particularidades desses campos.

O terceiro capítulo, com título “O Ministério do Esporte, os programas PELC e Vida Saudável e os primórdios do sistema MIMBOÉ”, com autoria de Ana Elenara Pintos, realizou uma análise da evolução das políticas sociais de esporte e lazer desenvolvidas no Brasil, a partir da criação do Ministério do Esporte (ME) e do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Inicialmente, a autora destaca que a prática de monitoramento e avaliação das políticas de esporte e lazer são incipientes, em especial no contexto dos governos estaduais e municipais, sendo as iniciativas do ME algo a ser destacado para institucionalização desses procedimentos.

O capítulo é composto por três partes, a primeira aborda a criação do ME em 2003, com detalhamento sobre a estrutura organizacional e a trajetória

governamental, procurando destacar sua importância para a institucionalização do esporte e do lazer como políticas públicas que possibilitam a democratização de seu acesso como direito e com potencial de promoção da cidadania, sendo nesta perspectiva criado os programas sociais esportivos, dentre eles o PELC.

A segunda trata especificamente da historicidade dos programas analisados no livro. O PELC foi uma proposta que surgiu na Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL) do ME, com finalidade de suprir a escassez de políticas sociais de esporte recreativo e lazer numa perspectiva universal, com atendimento a diversos públicos, especialmente a população em situação de vulnerabilidade social. No texto a autora evidencia que o Vida Saudável era uma vertente dentro do PELC, que foi reconhecido como política social em 2012, vindo a atender exclusivamente a população idosa, proporcionando o acesso ao esporte e ao lazer na perspectiva da promoção da saúde. Nesse momento é apresentado a concepção de tais políticas e seus desenhos organizacionais, realçando que as iniciativas dos programas inicialmente pautavam-se principalmente na implantação e desenvolvimento de núcleos e ações de formação continuada junto aos agentes, sendo somente a partir de 2013 que o monitoramento e a avaliação passaram a ser reconhecidos e incorporados como procedimento relevante para as políticas.

Traçado esse panorama, na terceira parte a autora destaca que, desde o início, os programas reconheciam a ausência de instâncias e instrumentos de avaliação das políticas de esporte e lazer, sendo muitas vezes, realizadas pontualmente e geralmente ao final dos convênios com os municípios, mas que dificultavam o acompanhamento e visualização dos resultados de tais ações. Desse modo, o capítulo aborda os momentos que levaram ao desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) dos programas criado em 2013 e implantado em 2015, denominado Mimboé<sup>v</sup>, com a premissa de implantar ferramenta informatizada para registrar, tabular e analisar dados que permitiam o acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas nos núcleos de convênios vigentes. Em síntese, o capítulo apresenta uma dimensão histórica que conduz o leitor a visualizar o processo de criação dos programas e do Mimboé. Todavia, o texto não traz informações sobre o impacto e o uso do SMA para avanço

---

<sup>v</sup> Mimboé foi o nome escolhido pelo ME para o SMA dos programas PELC e VS. Trata-se de um termo de origem tupi-guarani que significa "ensinado" ou "discípulo".

e ampliação das políticas sociais de lazer e esporte na agenda ministerial, tendo em conta, a tendência nacional de fortalecimento do esporte de rendimento (STAREPRAVO, 2011; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013; STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JUNIOR, 2015).

O quarto capítulo, "*Sistema de monitoramento e avaliação dos programas PELC e Vida Saudável – MIMBOÉ*", produzido por Márcia Miranda Soares e Mehrez Palumbo Khalifa, dedicou-se a apresentação do processo de construção do sistema Mimboé utilizado nos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. O capítulo mostrou os caminhos percorridos na estruturação do sistema avaliativo, evidenciando o diagnóstico do panorama avaliativo anterior à criação e implementação do Mimboé, e também os processos envolvidos na elaboração e definição dos conteúdos do sistema.

Sendo assim, os autores relatam que em seus primórdios haviam pontos problemáticos que afetavam a avaliação e o monitoramento dos programas, como: carência de indicadores que permitiam verificar o desenvolvimento dos programas em relação aos seus objetivos; instrumento de coleta de dados com questões abertas e com grande volume de informações que dificultava a proposição de ações para correção das políticas; subjetividade dos avaliadores que implicava em percepções pessoais e falta de uniformidade no processo avaliativo; armazenamento de informações com difícil acesso, processamento e insegurança no arquivamento; dificuldades na divulgação e compartilhamento das informações produzidas e processadas no monitoramento e avaliação.

Diante desse cenário o texto destaca os principais conteúdos que orientam e conformam o Mimboé. Esta fase envolveu a revisão dos objetivos dos programas, a definição de indicadores sociais para averiguar o cumprimento dos objetivos, a revisão e a criação de instrumentos para coletar dados referentes aos indicadores, supervisão da estruturação do sistema *on-line*, estabelecimento de conteúdos e métodos de processamento das informações do sistema, avaliação dos resultados dos programas, entre outros. A etapa de construção do sistema foi coordenada pela equipe da UFMG e utilizou de metodologias participativas, por meio de oficinas.

Em síntese, o capítulo detalha interessantemente o processo de construção do referido sistema, disponibilizando elementos da evolução temporal, abordagem de elementos específicos delineados para a avaliação dos programas e

potencialidades para tomada de decisão e aperfeiçoamento das políticas em questão.

O capítulo 5, intitulado “*Resultados do monitoramento e avaliação do PELC e Vida Saudável (2012-2015)*”, foi escrito por Márcia Miranda Soares e Aline Souza Guadanini. As autoras se propuseram a apresentar resultados dos programas mediante informações obtidas através dos convênios e do SMA (Mimboé), assim como de dados secundários do IBGE e PNUD. Os resultados correspondem a 155 convênios com 150 municípios com vigência no período de 2012 a 2015.

Os resultados foram apresentados em quatro partes: 1) características dos convênios envolvendo o PELC e Vida Saudável firmado com os municípios, com destaque para indicadores quantitativos referente à quantidade de convênios, porte das cidades e modalidades dos programas; 2) caracterização socioeconômica dos municípios contemplados com os programas, levantando indicadores sociais relacionados ao PIB *per capita*, ao IDHM e ao Índice Gini; 3) situação da política de esporte nos municípios beneficiários e comparações entre municípios no cenário nacional, mediante o uso de indicadores alusivos ao tipo de órgão gestor, legislação de esporte e conselhos municipais do setor esportivo; 4) resultados dos PELC e Vida Saudável com base nos dados dos indicadores extraídos no sistema Mimboé, relativos aos objetivos das políticas, à variedade de público alvo, à gestão participativa, à formação de agentes, ao fortalecimento da cultura de esporte e lazer local, à qualificação e resignificação dos espaços locais.

Os autores destacam achados importantes para a política de esporte, como problemas acerca do critério de escolha dos municípios que previam atingir áreas de maior carência e vulnerabilidade social, assim como a fragilidade na premissa de continuação das ações por parte do município após o término do convênio. Sobre este aspecto, salientam os pontos positivos e os desafios a serem superado mediante os resultados da avaliação.

Em termos gerais, trata-se de um capítulo descritivo, sem discussão teórica de densidade acerca da avaliação e monitoramento para o âmbito do esporte e lazer. Por outro lado, os indicadores levantados apresentam passos importantes para a sistematização de procedimentos avaliativos das políticas de esporte, sobretudo para ações em cooperação entre os entes subnacionais.

O capítulo 6 foi escrito por Maria Leonor Brenner Ceia Ramos e recebeu o título “Os atores na construção, alimentação e uso do Mimboé”. A autora destaca o contexto histórico de dificuldade de padronização do registro de dados para avaliar e ter acesso às informações dos programas, o que desencadeou a proposição do sistema de avaliação de modo que todos tivessem acesso e permitisse a percepção geral acerca dos processos e resultados dessas políticas.

Com uma abordagem qualitativa, a autora descreve participação dos atores no processo de construção dos indicadores do sistema, sendo fruto de reuniões e oficinas com representantes de diversos segmentos envolvidos nos programas (consultores, formadores, articuladores regionais, gestores e usuários). Tais aspectos evidenciam o processo de construção participativa, ao aproveitar conhecimentos específicos desses agentes na elaboração do Mimboé, sendo profícuo na definição das informações a serem coletadas em cada etapa da política, assim como na definição dos papéis dos atores para alimentação do sistema.

No texto são relatadas as dificuldades iniciais dos atores na construção e inserção de indicadores no sistema, sendo necessário um suporte aos agentes e constantes adequações para aprimorar o fluxo e a praticidade de inclusão de informações. Dado esse envolvimento, ao longo do tempo os agentes se familiarizaram com a tramitação desses processos, tornando-se mais ágil a inserção de dados, o que possibilitou capturar os resultados dos programas, descritos pela autora no segundo momento do texto.

Nesse capítulo evidenciou-se aspectos relacionados à aprendizagem organizacional na formulação e implementação do sistema avaliativo. Ainda que a autora não tenha adentrado e explorado analiticamente tal questão, o método participativo, em certa medida, promoveu aos atores mudanças na compreensão e meios de operação da política a partir dos procedimentos avaliativos implementados, ocasionando o que se denomina de uso conceitual da avaliação (WEISS, 1998; FARIA, 2005). No entanto, a autora não relata se ocorreram resistências e também recompensas aos atores para aderirem as mudanças institucionais na implementação do sistema.

O capítulo 7, intitulado “O desenvolvimento do sistema Mimboé”, foi elaborado por Carla Prado Novais, Cristiane França Gomes, Diego Vinicius Massarotte, Dirceu Lopes de Mattos, Jonathan Estrela Mendes, Luciana Marotto

Homrich e Marciele Rodrigues de Almeida. O texto consiste num relato dos processos que culminaram na criação e no arranjo do SMA dos programas PELC e Vida Saudável. Partindo de questões organizacionais, os autores destacam a emergência e relevância de sistemas informatizados que gradativamente foi se impetrando para o gerenciamento dos programas sociais. Paralelamente a essa nova configuração imposta a gestão pública, os programas PELC e Vida Saudável ampliaram sua abrangência em quantidade de convênios ao longo dos anos, sendo necessário a criação de um sistema que possibilitasse a obtenção de informações coerentes com a realidade dos programas e que se tornasse uma ferramenta informatizada e automatizada, que associasse os instrumentos e processos de monitoramento e avaliação dessas políticas.

Para possibilitar esse processo é destacado o papel da área de tecnologia da informação junto a coordenação dos programas e as etapas até a implementação. Assim, procuram relatar no capítulo as características técnicas presentes nas fases de construção do sistema avaliativo, os instrumentos utilizados para compor o banco de dados, a abrangência dos usuários e beneficiários envolvidos no desenvolvimento e acompanhamentos das políticas, e por fim, os recursos e metodologias empregadas no sistema, que possibilitam automatizar processos e estabelecer regras, cronologias e prazos, que conferem uma dinâmica aos procedimentos administrativos.

De modo geral, o capítulo apresenta características de um relatório sobre todo o processo que permeou a constituição do Mimboé, sem diálogo com literatura especializada da avaliação de políticas, mas por outro lado, difunde uma riqueza de detalhes interligado a um conjunto de atividades, envolvimento de setores especializados, os recursos necessários e os desafios para a consolidação e implementação do sistema avaliativo em questão.

Em termos de análise universal do livro, pode-se destacar algumas fragilidades e potencialidades na obra em questão. As fragilidades compreendem questões importantes que permeiam o processo avaliativo das políticas públicas, e que de certo modo, não foram abordadas teórica e empiricamente na obra. Dentre essas podemos destacar a carência de elementos relativos à especificidade e o poder discricionário dos burocratas envolvidos nos programas (LIPSKY, 1980), e principalmente o fator político da avaliação de políticas públicas (ARRETCHE, 1998;

FARIA, 2005), que exerce impacto tanto no direcionamento da avaliação quanto no desenvolvimento dos programas públicos.

Quanto as qualidades do livro, podemos realçar que o mesmo avança no conhecimento acerca da sistematização de procedimentos avaliativos das políticas de esporte e lazer, haja visto que essa é uma área com parca produção técnica e acadêmica (MENEGALDO, 2019), sendo de grande utilidade para fundamentar novas pesquisas e também auxiliar gestores na implementação de sistemas avaliativos, pois apresenta indicadores para o setor e os processos essenciais para institucionalização desse procedimento na gestão das políticas.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. Tendências nos estudos sobre avaliação. In: RICO, E. M. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CAPI, A. H. C.; ISAYAMA, H. F. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, SE, v. 12, n. 28, p. 141-164, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i28.8493>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8493>. Acesso em: 12 out. 2021.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.
- LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.
- MENEGALDO, P. H. I. *Avaliação de políticas públicas de esporte: uma interlocução com os agentes públicos municipais*. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2019.
- PINTOS, A. E. da S.; BONALUME, C. A formação no PELC e a relação entre teoria e prática. In: PINTOS, A. E. da S.; ISAYAMA, H. F. (org.). *A formação no PELC e a relação entre teoria e prática*. São Geraldo, MG: Editora Autores Associados LTDA., 2016. p. 79-93.
- PINTOS, A. E. da S.; ISAYAMA, H. F. *Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS): trajetória, memória e experiências*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.
- PINTOS, A. E. da S. *Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*. Orientador: Pedro Fernando Avalone Athayde. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236481>. Acesso em: 12 out. 2021.
- PINTOS, A. E. da S. O papel social do agente público de esporte e lazer. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 1-17, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v8i2.58987>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/58987>. Acesso em: 13 out. 2021.
- PINTOS, A. E. da S.; MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. A. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *LICERE: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Lazer*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 97-139, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15306>. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15306>. Acesso em: 13 out. 2021.

SOARES, M. M. Planejamento, monitoramento e avaliação da política cultural na região do médio Rio Piracicaba. In: CUNHA, E. da P.; SCHETTINO, P. T. J. (org.). *As gerais de Servas: Circuito Cultural Vieira Servas*. Belo Horizonte: UFMG/Proex, 2014. p. 271-289.

SOARES, M. M.; CUNHA, E. da P. *Avaliação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). *LICERE: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Lazer*, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1946>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en;/biblio-981551>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, G. B. P. de; LORETO, M. das D. S. de. Avaliação e monitoramento de políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2010 a 2020). *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 649-673, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i40.3478>. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3478>. Acesso em: 20 out. 2021.

STAREPRAVO, F. A. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Orientador: Wanderley Marchi Júnior. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26132/POLITICAS+PUBLICAS+DE+ESPORTE+E+LAZER+NO+BRASIL.pdf;jsessionid=6F2BD44FA53F2FE3DBF9030D6C229C9B?sequence=1>. Acesso em: 29 set. 2021.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 923-941, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i3.19395>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/19395>. Acesso em: 30 set. 2021.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000200217>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/RsshTK4dTMDG7tHvnVWB9Dm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Controle e participação social no programa esporte e lazer da cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 26, p. 1-19, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.22456/1982-8918.100711>. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100711>. Acesso em: 12 out. 2021.

WEISS, C. H. *Have we learned anything new about the use of evaluation?*. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 1, n. 19, p. 21-34, 1998. DOI:  
[https://doi.org/10.1016/S1098-2140\(99\)80178-7](https://doi.org/10.1016/S1098-2140(99)80178-7). Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1098214099801787>. Acesso em: 20 out. 2021.